



## CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE DE CONJUNTURA

*“Somente quando a grande massa de trabalhadores tomar as armas penetrantes e confiáveis do socialismo científico em suas próprias mãos, poderão todas as inclinações pequeno-burguesas, todas as correntes oportunistas, fracassarem”.*

*Rosa Luxemburgo*

# UM OLHAR SOBRE A AMERICA LATINA!

O que caracteriza a conjuntura mundial nos últimos anos é a crise econômica, financeira, social, política, ambiental e energética. Frente à crise trabalhadores/trabalhadoras, juventude e o povo em geral vão à luta. Os governos adotam mecanismos e instrumentos os mais diversos e, para manter os lucros dos capitalistas socorrem bancos e grandes empresas com o dinheiro público.

Dinheiro que, muitas vezes, é usado para promover demissões em massa como temos visto em Nossa América e nos últimos anos até mesmo nos países europeus, os quais fomentam e sustentam seu desenvolvimento e o seu “estado de bem-estar social”, às custas dos saques, da exploração e da dominação sobre os povos dos demais continentes, em especial América Latina e África.

Neste quadro de dificuldades, cansaço, descrédito, indignação, pelo qual passam os povos em todo o mundo, além da mobilização e reação popular, sobressaem à questão da dívida pública e a ação da direita, disputando até nas ruas, ancorada nos meios de comunicação, sem abrir mão dos seus métodos históricos: a repressão violenta, a criminalização e judicialização dos movimentos sociais.

Estudos comprovam que há uma concentração de poder e de propriedade do sistema bancário mundial: dos 43.000 maiores negócios do mundo, 40% está concentrado nas mãos de 147 instituições altamente conectadas entre si, as quais pertencem a umas 50 entidades financeiras ([www.auditoriacidada.org.br](http://www.auditoriacidada.org.br)). Ou seja, há um domínio econômico e político do setor financeiro sobre os países, que tem se consolidado através do financiamento de ditaduras militares, campanhas eleitorais, favorecimento da mídia e tem levado a modificações drásticas nas legislações e nas estruturas de poder nos diversos países, de acordo com os interesses do setor privado. Este sistema tem provocado crise atrás de crise, quebras, fraudes, as quais são assumidas pelos Estados Nacionais sem contrapartida alguma, elevando as dívidas públicas a cifras exorbitantes. Dívidas estas que não param de crescer, graças aos altos custos das mesmas e às regras abusivas impostas e alteradas unilateralmente por organismos internacionais. Dívidas ilegais, ilegítimas, imorais, que asfixiam cada vez mais países, estados e municípios.

Os ajustes fiscais, cortes no orçamento são para isso: pagamento de juros e “amortizações” de uma dívida que consome quase metade de tudo que o Brasil arrecada todo ano e que o povo não tem o direito sequer de saber quem são os credores, porque estes estão protegidos pelo sigilo bancário. Em 2016 a dívida consumiu 43,94% do orçamento federal. Até julho/2017, somando-se apenas os juros estimados no primeiro semestre (cerca de R\$ 270 bilhões) mais a cobertura de parte dos prejuízos do BC em 2016 (R\$ 113 bilhões), já são R\$ 383 bilhões de gastos com a dívida pública, sem contar as “amortizações” (pagamento do principal).

As saídas pela direita só aprofundam as desigualdades, discriminação e violência! Exemplos não faltam! Na Argentina, logo que assumiu, o presidente Macri propôs pagar a fundos abutres 400% a mais do que o valor negociado com os governos anteriores. Tais fundos financeiros atuam como ave de rapina, comprando dívidas de países quebrados a preços muito baixos. Em seguida recorrem à Justiça para serem reembolsados pelo valor total das mesmas e assim, obterem lucros exorbitantes.

Estimativas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), de março/2016 indicavam que a pobreza tinha aumentado e atingia possivelmente 175 milhões de pessoas – 29,2% da população total da região; sendo que destas, 75 milhões viviam em situação de indigência.

A situação é bastante difícil também para a pessoa idosa: na América Latina e no Caribe vivem cerca de 8% dos idosos e idosas e a projeção é de que este percentual atinja 22,5% em 2050, quando o Brasil atingirá cerca 2 bilhões de pessoas com mais de 60 anos.

Além disso, a América Latina é a região mais perigosa para os defensores e defensoras do

meio ambiente, registrando 60% das mortes em 2016, ano mais sangrento da história para os defensores das terras; sendo que com 49 mortes, o Brasil é o mais fatal. Cerca de 40% das vítimas são indígenas e os assassinatos estão relacionados com projetos de mineração, agrícolas e hidroelétricas.

Já na Europa, além da desumanidade permanente para com vítimas dos conflitos financiados por seus países e pelos Estados Unidos, que continuam morrendo sem terem onde aporatar ressalta-se o que ocorreu com a Grécia por conta do pagamento dos juros da dívida pública naquele país: congelamento de salários, desemprego em massa deixando cerca de 70% dos jovens desempregados e sem qualquer perspectiva, aposentadorias e fundos previdenciários quebrados, desagregação social aumentando o índice de suicídio. O esquema financeiro localizado em Luxemburgo não perdoa o povo, pois criado por imposição do FMI abocanhou cerca de 440 bilhões de euros e quase dobrou no ano seguinte. A mesma receita está acontecendo no Brasil com a criação de empresas estatais não dependentes, que emitem debêntures/papéis financeiros com garantia dada pelo ente da federação que a cria, o qual assume as dívidas e os lucros beneficiam os investidores privilegiados, conforme denunciado pela Auditoria Cidadã da Dívida.

A eleição de Trump e o seu governo demonstram o avanço do caráter destrutivo do capital sobre o mundo do trabalho, sobre o meio ambiente e sobre os direitos humanos fundamentais. Mas, a despeito da vitória de Trump nos EUA e de Macron na França, as campanhas eleitorais têm demonstrado que há espaço e muito boa aceitação para as ideias e programa de esquerda nas diversas partes do mundo.

E países resistem e ousam trilhar caminhos definidos pelo seu povo, de forma soberana, aprendendo com os seus erros, enfrentando suas enormes dificuldades e o imperialismo. Somos solidários aos povos em luta, em especial ao povo palestino, cubano e venezuelano. A Venezuela vive momentos dramáticos. Expressamos total solidariedade ao seu povo guerreiro que continua em luta por uma Pátria Livre. Somos contra a intervenção dos exércitos estrangeiros e a influência nefasta dos Estados Unidos da América nesse país irmão, pois caberá ao povo decidir sobre os seus rumos.

## **Reformas Estruturais e Revolução Brasileira: É preciso romper com o atual Sistema e organizar uma real alternativa de poder.**

***“Que importa onde a morte nos irá surpreender”!***

***Que ela seja bem-vinda, desde que nosso grito de guerra seja ouvido, que uma outra mão se estenda para empunhar nossas armas e que outros homens se levantem para entoar cantos fúnebres em meio ao crepitar das metralhadoras e novos gritos de guerra e de vitória!”Che***

Vivemos um período muito delicado no Brasil que tem relação com a disputa do poder político, econômico, social e ideológico no mundo, hegemônico pelo sistema financeiro. Tais momentos se multiplicam e seguem seu curso, por isso já apontávamos o “Fora Todos com a convocação de Eleições Gerais com novas regras”. Não que acreditássemos que eleições gerais iriam resolver a crise, mas para que o debate sobre a reforma política fosse aberto junto à população, já que o atual regime está comprovadamente falido.

O governo ilegítimo de Temer, com menos 7% de aprovação popular, e seus seguidores nos estados, continuam impondo a neocolonização, a escravização do trabalho e da vida, com a retirada de direitos históricos elementares, arduamente conquistados. Desmonte total dos serviços públicos com aprovação da PEC 95, congelando concursos e reajustes salariais do setor público por vinte anos, escancarando as portas para impor a terceirização dos serviços essenciais, congelamento de investimentos e gastos sociais. Comprando votos de uma base parlamentar, o corrupto e golpista presidente ilegítimo, aprovou a lei 13.467 de 13 de junho de 2017 - a Reforma que rasga a legislação trabalhista, com ataque frontal aos direitos inscritos na constituição, conquistas obtidas em mais de um século de luta. Um dos maiores ataques aos trabalhadores ferindo de morte os mínimos direitos que eram assegurados na constituição e CLT; a contrarreforma, da previdência que acaba com o

tripé da Seguridade Social, a saúde, previdência e assistência social e o plano de demissão voluntária. Dentre inúmeros outros projetos que acabam com os direitos, está para entrar na pauta, o PLS 204/2016, do senador José Serra, que legaliza o esquema fraudulento das empresas estatais não dependentes, mesmo esquema que quebrou a Grécia. É o uso vergonhoso de recursos públicos, que passa a ideia de que é um bom negócio para recebimento da dívida ativa. Mas, é tão somente um esquema fraudulento de transferência de dinheiro público para investidores privilegiados! A dívida ativa continuará sendo cobrada da mesma forma, como determina a legislação.

Para se entender esse processo também midiático faz-se necessário recuperar alguns elementos que caracterizam os 13 anos do governo petista de coalizão com a direita. A Carta aos Brasileiros, afirmando que o governo Lula iria respeitar todos os contratos firmados com o mercado: pagamento religioso dos juros da dívida pública, obediência servil à Lei de Responsabilidade Fiscal, garantia para os investimentos estrangeiros no Brasil, manutenção das privatizações; portanto continuidade da política de FHC. Reforma da Previdência como uma das primeiras medidas, atacando especialmente servidores e servidoras públicas, e traindo os referenciais defendidos pelo partido antes de chegar ao topo do poder político. Para encaminhar essa política de acordo com os interesses do sistema financeiro internacional, colocou um banqueiro porta voz do neoliberalismo Henrique Meireles na presidência do Banco Central. Em meio à crise instalada após a reeleição de Dilma, Lula propôs o retorno de Meirelles no Ministério da Fazenda, o que o ilegítimo presidente Temer fez após o impeachment.

Mas o simbolismo de um trabalhador/sindicalista como Lula assumindo a presidência do país precisava ser mantido; portanto mescla seu governo com políticas compensatórias, deixando de certo modo, o povo acomodado e adormecido, coopta os principais movimentos sindicais e populares para apoiar seu governo como a Central Única dos Trabalhadores, movimentos populares por moradia, em grande parte o MST. Promoveu o endividamento através de empréstimos consignados para ativar o mercado, hoje 64% da população contraíram dívidas. E ainda flertou com o setor financeiro reafirmando diversas vezes os banqueiros jamais haviam lucrado tanto em um governo, os fatos da economia comprovaram isto. O Brasil continua sendo um paraíso para o rentismo.

Apesar de todos os ataques dos setores da burguesia e o mensalão, Lula sai de seu segundo mandato com cerca de 70% de aprovação popular e consegue emplacar Dilma, que dá continuidade à sua política. É reeleita teoricamente combatendo o programa econômico defendido por Aécio Neves e antes mesmo de assumir o seu novo mandato, aprofunda os ataques, com medidas de ajuste fiscal. Com Kátia Abreu no Ministério da Agricultura e Joaquim Levi à frente da equipe econômica não restavam dúvidas sobre os desafios dos movimentos sociais que não iriam se submeter a esse estelionato eleitoral e ao aprofundamento das políticas de ajuste que já vinham sendo implementadas. Com Temer como seu vice, ainda cometeu dois grandes atos contra o povo: vetar a auditoria da dívida e aprovar a lei antiterrorismo.

Com as cartas escolhidas para seu jogo político, Dilma vai se destacar como a presidenta que fez menos reforma agrária e menos demarcação de terras indígenas. E para seu principal programa - bolsa família - investiu pouquíssimos recursos, considerando o que transferiu de dinheiro público para pagamento de juros da dívida. Somente até junho 2015, as despesas com juros somaram R\$ 225 bilhões, quase R\$ 58 bi a mais do que os R\$ 167,8 bilhões gastos com o Bolsa-Família desde outubro de 2003, quando o programa foi lançado (dados do Ministério do Desenvolvimento Social). Mesmo assim, a população mais desassistida permaneceu fiel à sua figura presidencial.

Apesar de permanecer três mandatos consecutivos, os governos do PT não encaminhou a reforma agrária, política e tributária prometidas; e muito menos a demarcação das terras indígenas. Nos três primeiros anos da gestão da presidente Dilma, como consta no relatório do Cimi, houve apenas 11 homologações de terras indígenas, uma média de 3,6 por ano. Nos oito anos de Lula, foram 79 homologações, média de 10 por ano. Nos 08 anos de FHC foram feitas 145 homologações, 18 por ano.

Portanto o governo petista assistiu o aumento dos graves conflitos entre ruralistas e povos originários, muitos desses com assassinato de lideranças indígenas; manteve o processo de privatização da saúde e ignorando o clamor das organizações que defendem o SUS (Sistema Único de Saúde), a abriu ao capital estrangeiro ao sancionar lei a Lei 13.097 em janeiro/2015. Manteve, também, a mercantilização da educação com o programa Pátria Educadora; desviou verbas públicas para as empresas privadas através dos programas PROUNI, FIES mantendo vergonhoso índice de investimento na educação pública.

Sancionou a lei antiterrorismo (PL 13.260/2015), sinalizando para os movimentos sociais que não iria permitir grandes manifestações que pudessem ameaçar a governabilidade das elites. Assim compactuou com a criminalização das lutas sociais, na medida em que tal lei está a serviço de coibir e reprimir as manifestações do povo, em especial nos grandes eventos como ocorreu nas olimpíadas, copa do mundo, agregando a faxina étnica promovida com as ações de remoção da população pobre e majoritariamente negra das áreas no entorno dos eventos da copa; acelerou o programa de privatização, encaminhou o leilão de Libras, negociou o que restava do pré-sal a preços módicos, ampliou e aprofundou a política de ajuste fiscal. A manutenção de Cunha na presidência da Câmara e a indicação de seus correligionários na comissão que encaminhou o processo de impeachment comprovou que o parlamento perdeu de vez sua credibilidade, mesmo contando com uma minoria que tentou garantir o procedimento democrático e ético.

As condições para a retomada explícita do poder autoritário e concentrado estavam postas: aumento das injustiças sociais, do desemprego em larga escala, da inflação, da falta de acesso aos serviços básicos como saúde, educação, moradia, saneamento, aumento da criminalidade, população completamente refém, trazem de volta as ruas as marchas conservadoras, puxadas pela Tradição Família e Propriedade (TFP), partidos da burguesia e movimentos como VEM PRA RUA e MBL, repetindo o que já aconteceu nos anos 60 com o golpe militar, movimentos alimentados e patrocinados pela elite econômica em conluio com a grande mídia organização Globo, FSP, o Estado, Revista Veja, Organização Abril.

Citamos tais fatos para termos a dimensão do que estamos enfrentando, parar de lamentar a guinada à direita do partido que deveria ter optado por oferecer condições à organização do povo e ao fortalecimento dos movimentos sociais, mas priorizou governar com e para a burguesia.

Por trás da crise política o que está efetivamente em jogo são os interesses dos banqueiros e instituições do Sistema Financeiro Mundial, representados pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), dentre outros, e das megaempresas e grandes meios de comunicação.

E para tanto, os setores conservadores estão utilizando a investigação da Operação Lava Jato, não com o objetivo de combater a corrupção, mas de manipular seus resultados, direcioná-la e impedir que haja uma ampla investigação no País, prendendo e confiscando os bens de todos os corruptos, mandando para a cadeia não só empreiteiros, mas todos parlamentares envolvidos com a corrupção desenfreada em todos os setores públicos, não somente na Petrobrás e em outros órgãos. Porém as investigações devem ir para além do governo do PT, retroagindo as corrupções do Regime Militar, governos Sarney e Collor, as privatizações, desvios e desmandos dos governos tucanos. Os responsáveis, além da prisão, devem pagar suas dívidas com todos os bens que suas famílias possuem, pois esta é a única punição que esta elite corrupta e patrimonialista entende.

## **Resistência da Classe Trabalhadora Brasileira!**

Os trabalhadores, as trabalhadoras, juventude e os povos em geral resistem e lutam em todo o mundo. No Brasil, manifestações têm ocorrido em todos os Estados. O Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e o Paraná são exemplos da reação às medidas impostas ou que tentam impor nas câmaras municipais e assembleias legislativas, como contrapartida exigida pelo Governo Federal, que asfixia Estados e municípios e impõe renegociação da dívida que não resolve o problema e resultará em maior endividamento.

Os trabalhadores em Luta em todo Brasil, desmascararam a política de ajuste fiscal, implantadas nos Estados para sanear as contas públicas que podem chegar: a brutais arrochos salariais, fechamento de escolas, terceirização e privatização da saúde, da educação, previdência.

E reagiram com total força contra os governos Estaduais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Brasília, Paraná e Rio de Janeiro, onde a situação fugiu completamente ao controle do estado. Salários de servidores públicos ativos e aposentados não são pagos, provocando uma campanha por cestas básicas para suprir a fome de trabalhadores e trabalhadoras que lutam para que seus salários sejam pagos, pois não querem viver de cestas básicas; crimes e assassinatos cotidianos, inclusive, de estudante em escola e de bebê em formação no útero da mãe. Jovens entregues à marginalidade! Cresce o extermínio da juventude negra e o tratamento discriminatório dado às vítimas do tráfico de armas e drogas, expõe da forma mais desumana a barbárie instalada em nosso país.

É o sistema capitalista em sua mais perfeita performance: insegurança total, violência e morte. Quem não consome é descartável, lutar por direitos é crime de terror, tecnologia transforma as pessoas em meros repassadores de mensagens, desaparece a solidariedade. Partidos totalmente sem credibilidade e participação na vida político-eleitoral cada vez mais reduzida. O projeto Escola sem partido é a criminalização do ensino crítico.

É a destruição da vida em todas as suas dimensões! Povos Originários, quilombolas, atingidos por barragem e ribeirinhos sofrem com a degradação do meio ambiente, com a falta de demarcação e regularização de suas terras e territórios e com os crimes cometidos, como o da Samarco/BHP Vale, o maior já ocorrido em nosso país e ainda impune, com consequências devastadoras sobre a população, a fauna e a flora de inúmeros municípios de Minas Gerais e Espírito Santo, às margens do Rio Doce.

## **APESAR DOS ATAQUES OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NÃO RECUARAM**

Em 2016 foram inúmeras manifestações políticas, com destaque para as Ocupações das Escolas em todo o país, uma extraordinária lição dada pela juventude estudantil, secundarista e universitária.

As batalhas travadas em 2016 contribuíram para o fortalecimento da luta, que culminou com as importantes manifestações pelo país afora nos dias 08, 15 e 31 de março e 28 de abril, a maior Greve Geral já realizada no país, que fez com que a consigna “28 de abril vamos Parar o Brasil” se concretizasse. Num crescente, veio o Ocupa Brasília em 24 de maio com mais de 200 mil lutadores/lutadoras ocupando a Esplanada dos Ministérios e enfrentando o maior aparato de violência já utilizado pelo Estado contra uma manifestação, inclusive as forças armadas e a polícia militar (fascista), do Distrito Federal sendo flagrada atirando com armas letais contra a multidão. Vale ressaltar que tanto no 28 de abril, quanto no Ocupa Brasília, na prática as bases forçaram as direções e/ou passaram por cima das mesmas, lutando não só contra as reformas, a terceirização, o desemprego, mas pelo Fora Temer, bandeiras que unificaram os diversos setores.

O recuo anunciado das centrais sindicais (exceto a CSP Conlutas), explicitado no cartaz divulgado, citando apenas a jornada de lutas, fez com que a Greve Geral do dia 30 de junho perdesse força no momento em que se precisava de uma verdadeira Greve Geral para barrar a reforma trabalhista e fortalecer a luta pelo Fora Temer e todos os corruptos, exigindo a convocação de eleições gerais com novas regras. As consequências foram inevitáveis sem nenhum pudor ou resistência o golpista Temer comprou votos dos parlamentares e se manteve no cargo impedindo a investigação das corrupções que o mesmo está envolvido.

### **Identificando os sujeitos históricos: revisitando o nosso passado**

***“A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la” Eduardo Galeano.***

Mais do que nunca se faz necessário ter um olhar retrospectivo do processo histórico na América Latina e, em especial em nosso país para identificarmos possíveis sujeitos históricos e os sinais que nos ajudem a perceber o caminhar da nova toupeira, que resiste. Seguindo nossos ancestrais, que não se subjugaram e lutaram por direitos, como enfrentar essa conjuntura totalmente adversa?

Vivemos uma conjuntura complexa e desafiadora! Precisamos com urgência definir os pontos que nos unem e levar o debate para a população. A esquerda perdeu a oportunidade de trabalhar o “Fora Todos e Eleições Gerais com Novas Regras”, exigindo mudança no sistema político. É preciso envolver a sociedade com atos ainda mais fortes, mostrar à população o que está em jogo, onde estão às raízes dos problemas e quais são as alternativas. Estamos enfrentando uma guerra e precisamos dizer que a experiência do petismo se transformou num fracasso histórico, mas que a história não morreu e o socialismo é viável. Precisamos recuperar os processos revolucionários da América Latina e sentir como estão vivas em nossas veias abertas as lutas de Che, Bolívar, Sandino, José Martí, Mariátegui, Tupac Amaru, os zapatistas, Pancho Villa, Sepe Tiaraju, Aímeré, Cunhambebe, Coaquira e tantos outros.

A consciência política do povo precisa ser canalizada para a luta de classe, para a compreensão de que o socialismo, simbolizado pela bandeira vermelha, que realmente representa os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora é a alternativa real da emancipação do povo.

### **Eleições Gerais com Novas Regras e Constituinte Exclusiva! É preciso Ocupar Tudo!**

***“Eu também tô bolado, sim”!  
É que o judiciário tá todo comprado e o legislativo tá financiado  
e o pobre operário que joga seu voto no lixo não sei se por raiva ou só por capricho ...”.***  
Arlindo Cruz

É fundamental aprofundar o debate sobre o que significaria defender as diretas já no marco de um sistema eleitoral corrompido. Se não construirmos um projeto alternativo da classe trabalhadora poderemos simplesmente legitimar esse congresso corrupto e substituir apenas o presidente. Faz-se necessário abrir o debate junto à população por novas regras e enterrar o modelo político atual. Urge o financiamento público das campanhas eleitorais, democratização dos meios de comunicação e do tempo de TV, paridade de gênero para as candidaturas, proibição de candidaturas dos condenados por corrupção, fim da aposentadoria para parlamentares (não é profissão), máximo de 02 mandatos consecutivos, revogabilidade dos mandatos. Há que se pensar na participação dos povos originários, pois desde 1986 não possuem representação no legislativo federal.

É preciso exercer a democracia direta, garantindo a participação do povo nas decisões que afetam o conjunto da sociedade, como por exemplo, reformas trabalhista e previdenciária, terceirização/privatização e dívida pública. É preciso retomar o debate e a defesa de uma Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva.

### **Por um Programa de reformas estruturais nos marcos da Revolução Brasileira**

As reações do povo estão em curso e é preciso que aconteçam de forma organizada. Urge construir uma real alternativa de poder, com um programa radical de reformas estruturais em favor do povo: reforma do sistema bancário e política de exportação vinculada aos interesses nacionais e não das multinacionais que expropriam nossas riquezas; reforma do sistema penal, política de pleno emprego, recuperação do SUS e de um sistema educacional contrário a sua mercantilização; Pela auditoria da dívida, com participação popular; reforma agrária, demarcação das terras indígenas, pela produção dos alimentos saudáveis, com investimentos na agricultura familiar que alimenta as cidades e não no agronegócio, com garantia de moradia digna para todos os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade; uma política real de distribuição das riquezas para acabar com as imensas desigualdades sociais; fim do monopólio dos meios de comunicação, taxaço das grandes fortunas, barrar os projetos de lei e propostas de emendas constitucionais que retiram direitos e anular as que foram aprovadas; fim dos investimentos, isenções, desonerações e anistia fiscal para os poderosos e com os absurdos subsídios para multinacionais, grandes empresários, banqueiros e latifundiários.

Nesse marco, é fundamental que a FENASPS busque sempre manter a unidade na luta, para fortalecer a luta dos trabalhadores na busca de uma alternativa real de poder incluindo de fato o povo brasileiro no processo de tomada de decisão na vida do País. Urge pensarmos um programa alternativo de esquerda, que explicita a raiz dos problemas que a população enfrenta, vinculando-os ao sistema dominante e divulgando a perspectiva socialista; que aborde a formação social brasileira e coloque a necessidade de se romper com a divisão racial do trabalho, com a dependência e subordinação ao imperialismo, que explicita a dívida pública e combata a maior corrupção que existe; que valorize a nossa diversidade, combata o preconceito, a opressão, a xenofobia, a intolerância Religiosa, o racismo, a homofobia; que contribua para o fortalecimento da esquerda, organização do povo e não entre na lógica eleitoreira da burguesia. Defendemos uma Frente de Esquerda que tenha compromisso histórico com a revolução brasileira e capacidade de apresentar e defender esse programa junto à sociedade.

***"Os camponeses nos ensinaram sua sabedoria  
e nós lhes ensinamos nosso sentido de rebeldia,  
pois não há governo revolucionário,  
se não fizer a reforma agrária,  
como primeira medida".***

### **Destruição dos Serviços Públicos - A Triste Realidade**

1– O Brasil passa por um momento crítico da sua história. Os setores que assumiram o governo após o golpe de 2016 – para impor sua agenda econômica neoliberal de desmonte do Estado e de desnacionalização da economia – estão mutilando a Constituição de 1988 e promovendo uma brutal ofensiva contra direitos historicamente conquistados pelo povo brasileiro. O pacote de privatizações anunciado pelo governo Golpista; a entrega do Pré-Sal e a venda de terras para estrangeiros; a aprovação de emendas à Constituição, como a EC 95 que congela por 20 anos os investimentos do Estado; as sucessivas violações à liberdade de expressão e aos direitos civis; a aprovação da Reforma Trabalhista, que destrói a Consolidação das Leis do Trabalho; a Reforma Política que vai perpetuar o coronelismo; a Reforma da Previdência; as políticas monetárias e fiscais que privilegiam o setor financeiro, a descontinuidade de uma política de valorização do salário mínimo e tantas outras medidas estão jogando o Brasil numa situação de grave crise.

2 – No campo da Saúde, a ofensiva contra o Sistema Único de Saúde é brutal. O desmonte de Políticas Públicas conquistadas no último período e a descontinuidade de programas estão atingindo as bases do controle social firmado na 8ª Conferência Nacional de Saúde e na Constituição de 1988. Na Saúde, a política econômica neoliberal citada acima se traduz na proposta de criação de um Plano Popular de Saúde, no fim do Programa Farmácia Popular, em mudanças promovidas no modelo de atenção básica, no desmonte dos investimentos em ciência e tecnologia e nas iniciativas que buscavam dar alguma soberania para o Brasil no campo da saúde –. O estrangulamento financeiro do SUS é peça central neste processo de desmonte, e duas emendas constitucionais são os pilares disso: a EC 86 e a EC 95. Em conjunto, essas e outras medidas representam à completa mercantilização da saúde.

3 – Para efetivar essa agenda neoliberal, o desmonte das políticas de proteção ao trabalho e dos direitos trabalhistas e sociais conquistados por décadas de acúmulo das lutas populares e sindicais é estratégico. Não à toa o governo golpista definiu, entre suas agendas prioritárias, a aprovação da terceirização irrestrita e da Reforma Trabalhista e Sindical – que para aniquilar direitos dos trabalhadores precisa atacar a organização sindical como espaço de representação e luta dos trabalhadores contra a retirada de direitos.

Neste cenário, dentre muitos outros as centrais e Entidades Sindicais, apontavam a centralidade da luta contra a aprovação de projetos de leis que atentam contra o Estado laico, os direitos trabalhistas, a autonomia sindical, direitos da juventude, direito dos idosos, direitos humanos, a participação popular, o SUS público, a demarcação de terras indígenas e outros povos tradicionais, os direitos de outros segmentos sociais, e demais conquistas populares; da defesa intransigente da democracia e da soberania do voto popular e do enfrentamento da onda conservadora de cunho fascista, alimentada pelo ódio, preconceito, a intolerância, valorizando os princípios fundamentais do mundo do trabalho, da solidariedade, a paz e o respeito à dignidade humana.

Neste sentido, enfatizamos que é preciso:

- Defender intransigentemente os direitos sociais e trabalhistas, levantando alto – Nenhum Direito a Menos.
- Envidar todos os esforços para contribuir com a construção de uma ampla frente política que reúna distintos setores sociais em torno de uma proposta de retomada do desenvolvimento econômico, com valorização do emprego e geração de renda;
- Lutar contra a privatização dos setores estratégicos e a desnacionalização da economia que atacam a soberania do país. Lutar para restabelecer os recursos públicos para financiar o Sistema Único de Saúde e responsabilização do Estado com a garantia do direito Constitucional à Saúde;
- Integrar a campanha promovida por centenas de Entidades de coleta de assinaturas para um abaixo-assinado que será encaminhado ao STF exigindo a anulação da aplicação da Emenda Constitucional do teto de gastos (EC 95);
- Defender uma política de atenção à saúde que esteja baseado no tripé que dá sustentação ao SUS e num modelo de cuidado integral, que incorpore tantos outros elementos, a política de Assistência integral aos usuários do SUS;
- Intensificar ainda mais a participação da categoria nos espaços de democracia participativa no Brasil e no controle social da saúde;
- Defender a valorização do trabalho seja no público ou no privado, desenvolvendo ações como a parceria com a OIT – Organização Internacional do Trabalho e a orientação de acordos e negociações, visando à garantia do trabalho decente e digno para todos;
- Denunciar a tentativa do governo de desestruturar o movimento sindical. Defender os direitos trabalhistas e as lutas políticas em defesa da soberania e da democracia no Brasil.

## **CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

As inúmeras reformas, que vem passando a Previdência, mesmo dentro de uma análise da universalidade destas, atinge de forma mais violenta a comunidade negra, os assalariados, que são introduzidos desde a adolescência ao mercado de trabalho e normalmente não tem os direitos trabalhistas registrados, logo, perdendo assim a possibilidade de justificar no futuro a aquisição de sua aposentadoria, isso independente obviamente do aumento da idade para aposentadoria, no entanto, um outro ataque mais imediato é aplicado aos segurados, e que se refere às licenças médicas, afastamentos e aposentadorias por doença, onde o setor de perícia é estimulado a negar a permanência do segurado mesmo que estes não estejam aptos a retornar ao trabalho, o que logo, o condenará ao desemprego, visto que na ausência de condições este não estará rendendo ao seu patrão os almeçados lucros, este aspecto como dissemos é emblemático, pois combinado com a

ausência de emprego, retardamento da aposentadoria e a flexibilização dos direitos previdenciários e trabalhistas.

## **DESMONTE DA PREVIDÊNCIA ATAQUE AO MAIOR PATRIMÔNIO DOS TRABALHADORES**

A Previdência Social Pública Brasileira, com quase 100 anos de história, atravessa o seu período mais crítico. Uma das primeiras medidas do governo interino de Temer/PMDB foi um ataque sem precedente, que desmontou toda a estrutura do sistema da Seguridade e da Previdência Social. Através da Medida Provisória 726/16, transferiu a estrutura da Previdência (Dataprev, Previc) para o Ministério da Fazenda, e o INSS, responsável pelo reconhecimento e concessão de benefícios, foi anexado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Esta e outras medidas, como o Projeto de Lei 257/2016 e a Proposta de Emenda Constitucional 241/2016(EC95), fazem parte do ajuste fiscal, e tem como alvo principal a Previdência Pública e os direitos trabalhistas e sociais. O discurso é o de que a Previdência é deficitária e de que os Estados e os municípios estão quebrados por conta disso. Mas, isso é uma GRANDE MENTIRA!

A Previdência Social faz parte da Seguridade Social, Junto com a Saúde e a Assistência Social.

### **E é superavitária como comprovaremos a seguir:**

- A Seguridade Social é financiada pela sociedade, direta e indiretamente, através de recursos provenientes dos orçamentos da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios; da arrecadação dos empregadores e das empresas (incidentes sobre o lucro líquido, sobre a receita ou faturamento e sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho, inclusive, de pessoas físicas que lhes prestem serviço, sem vínculo empregatício); dos trabalhadores e trabalhadoras e demais segurados e seguradas da previdência social; da receita de concursos de prognósticos (sorteios, loterias, apostas etc.); dos importadores e importadoras de bens ou serviços do exterior.
- As contribuições são feitas em caráter solidário e têm como objetivo garantir assistência social, aposentadorias, pensões, auxílios doença, acidente, maternidade e reclusão.
- A Previdência Social foi concebida como um pacto de gerações, onde quem ingressa no trabalho contribui com porcentagens que variam de 8% a 11% do salário. A contribuição dos trabalhadores e trabalhadoras, acumulada por décadas, paga as aposentadorias daqueles/daquelas que já completaram o tempo de contribuição e cumpriram todas as regras para aposentadoria.

Sempre houve superávit nas contas da Previdência Social. E tanto é assim, que o Governo e o congresso acabaram de aprovar o aumento de 20 para 30% da DRU (Desvinculação das Receitas da União), que permite que ele use livremente 30% de tudo que é arrecado e por lei deveria ser destinado a educação, saúde, previdência e outras despesas vinculadas. Recursos esses que vão diretamente para pagamento de uma Dívida Pública, que nunca passou por uma Auditoria e que é a maior corrupção que existe.

Mas, sucessivos governos se apropriaram dos recursos da Previdência Social desde Getúlio Vargas na década de 30 e dificultaram o acesso à aposentadoria, demais benefícios e serviços. Além da corrupção, dos cabides de emprego, da sonegação, promoveram anistias fiscais e

desviaram o dinheiro da Previdência para obras faraônicas, como as Usinas de Itaipu, Angra I e II, Tucuruí, a Transamazônica, Ponte Rio-Niterói, dentre outras. São trilhões de reais desviados sem prestar contas ao povo brasileiro, verdadeiro dono deste patrimônio. E ainda têm a desfaçatez de falar em déficit da previdência!

**Hoje**, são pagos mais de 33,142 milhões de benefícios, assim distribuídos: 23,732 milhões de benefícios urbanos, pagando 29,707 bilhões de reais, e 9,410 milhões de benefícios rurais, pagando 7,456 bilhões de reais. É a maior distribuidora de renda da América Latina. Mais de 3 mil municípios sobrevivem quase exclusivamente dos benefícios previdenciários pagos aos aposentados;

**Se** os recursos sonogados e desviados das contribuições fossem destinados à Previdência Social, seriam suficientes para assegurar pagamento de benefícios para as próximas décadas.

**Atualmente**, empresários, clubes de futebol, os governos federal, estaduais e municipais devem mais de 600 bilhões de reais à Previdência Social; recursos já inscritos em dívida ativa, que não são cobrados. Os trabalhadores e servidores pagam a Previdência, com descontos em seus salários, mas estes sonegadores não repassam as contribuições para a Previdência Social e não punidos por isso.

**Com** uma campanha mentirosa, o presidente interino Temer ameaça as conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras e o patrimônio público com as terceirizações e privatizações, alegando que sem reforma da Previdência não poderá pagar os benefícios. Você acredita mesmo, que esse governo, dirigido diretamente pelos banqueiros através da equipe econômica, está preocupado com a aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras?

**Está** preocupado com a situação dos municípios e dos Estados? Óbvio que não! A única preocupação do Governo interino e dos representantes das elites brasileiras no congresso nacional é com o pagamento dos juros sobre juros da Dívida Pública. Todas as medidas adotadas pelos governos visam promover um ajuste fiscal, cassar direitos, reduzir os benefícios, serviços e políticas voltadas para a população, com o objetivo de fazer o “superávit primário”, que nada mais é do que uma economia forçada para pagamento de juros a uma dúzia de banqueiros que sangram os recursos públicos e que a população não tem o direito sequer de saber seus nomes, pois são protegidos pelo sigilo fiscal.

**E** querem mais! Querem igualar e aumentar a idade mínima para aposentadoria para 65 anos, homens e mulheres; desvincular os benefícios previdenciários do salário mínimo, para achatar ainda mais as aposentadorias; estabelecer novo teto para pagar benefícios previdenciários para obrigar os trabalhadores a contratarem fundos privados de previdência; limitar a obtenção de outros benefícios e transferir todas as atribuições do Bolsa Família para as Agências da Previdência, que estão sucateadas e não tem servidores para atender os milhões de segurados que precisam dos serviços; querem leiloar os prédios da previdência. Em suma, querem meter a mão ainda mais nos recursos da previdência! Querem Privatizar a Previdência Social!

**A** Previdência Social é um patrimônio construído pelos trabalhadores e trabalhadoras para os momentos da vida em que mais necessitem e não deve ser utilizada para pagar uma dívida pública ilegal, ilegítima, imoral, odiosa, que sangra vidas e sonhos da população brasileira todos os dias.

Por isso a população brasileira deve ir às ruas para dizer BARRA À CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL e exigir a realização da AUDITORIA DA DÍVIDA DA UNIÃO, DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS.

## **TEMER TIRE AS MÃOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, PATRIMÔNIO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA!**

### **O QUE FAZER? POR ONDE É A SAÍDA?**

Urge ações massivas que de fato coloquem no centro da luta a defesa dos direitos do conjunto do povo e não a defesa do PT, do volta Dilma ou Lula 2018.

O discurso de Lula no dia 18 de março, no qual reafirma que os banqueiros nunca ganharam tanto dinheiro como durante seu governo, acompanhado pelo refrão de suas campanhas eleitorais, só reforçam a nossa convicção de que não devemos, em nome do estado democrático de direito ou contra o golpe, participar de atos que permitam reacender a ilusão de que é preciso recuperar a falsa “estrela da esperança” e seu líder.

As diversas representações do campo de esquerda não tem conseguido aglutinar uma real alternativa para se apresentar diante do quadro colocado, pois prevalece a disputa em torno da autoconstrução de correntes e partidos em detrimento do projeto estratégico de esquerda.

Vivemos uma conjuntura complexa e desafiadora! Precisamos com urgência definir os pontos que nos unem e levarmos o debate para a população. Apresentamos algumas bandeiras que podem nos unificar: Defesa dos Empregos e da Previdência Social, da Saúde pública de qualidade, dos Direitos Trabalhistas e Serviços Públicos (Não às Contrarreformas da Previdência e Trabalhista); pela revogação da PEC 95, não aos Projetos de Lei, Propostas de Emendas Constitucionais e Medidas Provisórias que atacam frontalmente os direitos dos trabalhadores; Eleições Gerais e Auditoria Oficial da Dívida Pública, Já.

Quanto à luta por novas eleições gerais, mesmo sem a conformação de uma real alternativa do campo de esquerda, teria sido educativo esse debate na sociedade. É preciso lembrar que nós, assim como outros setores da esquerda socialista, defendemos novas eleições muito antes da abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados.

Além de afirmar nossa postura de oposição ao governo de coalizão PT-PMDB, a realização de novas eleições faria a discussão ir além do pântano elitista do parlamento, marcado por corporativismo e corrupção, fazendo com que o debate sobre um novo governo e seu programa fosse obrigatoriamente proposto a toda a população.

No entanto, forças governistas, bem como setores da esquerda socialista que abraçaram a luta contra o impeachment, além de terem sido contra o “Fora Todos” e “Eleições Gerais, Já”, procuraram ridicularizar as duas proposições. Somente após o afastamento da presidenta e agora, depois da derrota final no Senado, várias dessas correntes passaram a abraçar a reivindicação de novas eleições. Essa postura fez com que a esquerda perdesse o melhor momento para trabalhar o “Fora Todos e a convocação das Eleições Gerais”, exigindo mudança no sistema político e na política econômica. No entanto, a consigna deve ser mantida como instrumento de mobilização, agregando-se o “Fora Temer”, mas chamando atenção também para o caráter regressivo da política econômica adotada já nos governos Lula e Dilma.

Não podemos deixar de citar as cartadas jogadas pelo corrupto Eduardo Cunha para se manter no poder, mesmo enfrentando diversos processos, inclusive, no Superior Tribunal de Justiça e na Operação Lava Jato. As manobras de Cunha e aliados protelou de forma absurda o seu julgamento no Conselho de Ética, a ponto do primeiro relator ter sido afastado e mencionado que

havia sido ameaçado por Cunha. Mas, graças à luta do povo pelo “Fora Cunha!” finalmente o mesmo foi cassado, com 450 votos pela cassação, 10 votos a favor, inclusive, do deputado Paulo Pereira, da Força Sindical, 09 abstenções e o resto ausente.

As mobilizações pelo “Fora Cunha” e pelo “Fora Temer” já obtiveram uma primeira vitória, a cassação e a vaia na abertura das paraolimpíadas, respectivamente. É preciso intensificar o Fora Temer em todo o país. O que não é mais possível é ficarmos nos marcos da crítica sem propostas e ações concretas unificadas! Divididos em torno de um mesmo projeto: o implementado pelos Governos Lula/Dilma e Temer/Renan/Aécio. É preciso mostrar à população o que está em jogo, onde estão os problemas. Devemos sair da defensiva e começar a atacar, porque até agora a esquerda só tem sido atacada e confundida propositalmente com o Governo Dilma e com o PT. Precisamos dizer que a experiência do PT foi limitada, pois proporcionou melhoria nas condições de vida e acesso ao consumo dos mais pobres via políticas compensatórias, empregos de baixa renda e não através do fortalecimento dos serviços públicos e políticas sociais necessárias ao enfrentamento da enorme e histórica desigualdade social. Apesar da propaganda governamental, houve poucos avanços na educação, saúde, reforma agrária e reforma urbana como políticas públicas essenciais, ao passo em que se intensificou a lógica privatista, via endividamento público, parcerias público-privadas, desonerações, isenções, sonegações, como forma de transferência do dinheiro público para o setor privado e a aceitação e fortalecimento de ideias neoliberais como a da “maior eficiência é privatização do setor público”.

Por fim, com a manutenção da política de conciliação de classes, em que a classe dominante aceitava alguma melhoria das condições de vida dos mais pobres sem abrir mão de seus altos rendimentos, o PT transformou-se num fracasso histórico, uma vez que se tornou impraticável manter as taxas de retorno do capital e as políticas compensatórias simultaneamente, em meio à profunda crise do capitalismo. Reafirmamos, por outro lado, que a história não morreu e o socialismo é viável. Antes não tinha reação. Agora a reação é de pura defesa. É preciso colocar na pauta de luta o fim do monopólio dos meios de comunicação, a taxação das grandes fortunas, barrar os projetos de lei que retiram direitos, romper com o Sistema da Dívida, com a dependência nacional e a inserção subordinada do Brasil ao capitalismo mundial.

## **OCUPAR TUDO**

Os/as estudantes estão nos ensinando como fazer o enfrentamento nessa batalha da luta de classes. Além da PEC batizada como PEC do fim do mundo, o governo apresentou a reforma do ensino médio a MP 746, a lei da mordaza, ou da Escola sem partido que autoriza as famílias a fazer uma notificação extrajudicial denunciando os supostos casos de doutrinação em sala de aula. Tal lei representa um ataque frontal à liberdade de concepção e leitura do mundo estabelecendo punição aos professores e professoras que trabalham os conteúdos escolares de forma crítica e reflexiva. Terá efeito direto nas Leis 10.639 e 11.645/08 que tratam do ensino da história e da cultura afro brasileira e indígena nas escolas. É a militarização das nossas escolas, submetidas ao controle total do estado sob falso discurso da educação apolítica.

Não são poucos os ataques e também está na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, formada em sua maioria por deputados favoráveis ao PL, o de número 1411/2015, que autoriza o executivo a cortar o salário do funcionalismo em greve, atacando o direito de greve e na Câmara dos deputados, o Projeto de Lei 3262/12 altera as regras sobre prestação de serviços essenciais durante as greves, incluindo a educação. Vale ressaltar que o STF já decidiu favoravelmente ao corte de ponto desde o início da greve, antes mesmo de ser julgada.

Não existe alternativa que não seja a de ocupar tudo, como foi também o OCUPA MINC, as ocupações nas escolas do Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, e todas que ocorreram em várias partes do país, unificar todos os setores que acreditam que é possível barrar tamanho ataque

ao conjunto da população. A grande greve geral, uma das maiores, no ano de cem anos da primeira greve geral e do Manifesto Comunista, o OCUPA Brasília, que apesar do aparato militar colocado pelo governo TEMER para oprimir os manifestantes, foi exemplo da unidade necessárias contra os ataques deste governo. É preciso que as centrais sindicais parem de brigar pelo título de ser o pai da criança e todas juntas e os movimentos sociais organizados construam de fato outra grande GREVE GERAL. Importante avançarmos para a construção de uma real alternativa política, social para intervir em nossa realidade. Vamos fortalecer todas as iniciativas nesse sentido, estando permanente em ações de ruas, preparando a massa rumo à Greve Geral. Não há saída para a classe que não seja pela unidade da classe em luta. Devemos contribuir para que a consciência política do povo seja canalizada para a luta de classe e para a compreensão de que a bandeira do socialismo e a luta anticapitalista representam a alternativa real de emancipação do povo.

Precisamos recuperar também os processos revolucionários da América Latina e sentir como estão vivos em nossas veias abertas as lutas de Che, Bolívar, Sandino, José Martí, Mariátegui, Tupac Amaru.

***“Que importa onde a morte nos irá surpreender!  
Que ela seja bem-vinda, desde que nosso grito de guerra seja ouvido, que uma outra mão  
se estenda para empunhar nossas armas e que outros homens se levantem para entoar  
cantos fúnebres em meio ao crepitar das metralhadoras e novos gritos de guerra e de  
vitória! “Che***

## **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA O DESMONTE NEOLIBERAL DO SEGURO E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Para aplicar o receituário neoliberal foi construído um consórcio golpista envolvendo um fantoche que ocupava a vice presidência, 2/3 de parlamentares corruptos do congresso nacional os setores do sistema econômico comprovadamente um elite sonegadora que devem mais de dois trilhões em imposto como apoio ostensivo da mídia, organizaram ações envolvendo a desesperada classe média que levou hordas verde amarelo as ruas do País para dar um golpe de Estado.

Porém o povo desinformado somente sentiram a dimensão de terem dado carta branca aos golpistas quando vieram as primeiras medidas e os projetos de Reforma Trabalhista e da Previdência Social, com extinção da Previdência e o esvaziamento do Sistema de Seguridade e desmantelamento da estrutura do INSS que passou a ficar na deriva, hora vinculado ao Ministério da Fazenda, hora ao Desenvolvimento Social e acabou sendo subordinado ao Conselho Nacional de Previdência que estabelecerá as diretrizes gerais previdenciárias a serem seguidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Como avalanche querem aprovar estes projetos retirando direitos sociais e trabalhistas conquistados em mais de 100 anos de luta, fazendo o Brasil retroagir a época da escravidão.

No centro dos ataques, se for aprovada a Reforma da Previdência Social o Seguro Social torna se apenas um mero Gestor de cadastro, porque dificilmente um trabalhador conseguira preencher as condições para se aposentar.

Na falta de um projeto de gestão consistente que reponha a força de trabalho, melhore as condições das APS para atender a demanda, tentam seduzir os servidores, com soluções mágicas para “modernizar o processo de trabalho. Para mitigar o aumento dos benefícios por auxílio doença, que por falta de fiscalização nas grandes industrias, produz um exército interminável de trabalhadores mutilados, lesionados e/ou afetados por doenças profissionais, instituíram um processo revisional onde o profissional que fara analise passou a ganhar um bônus para perícia

realizada, construindo se assim um sistema viciado, pois o problema está na inexistência de fiscalização e punição das empresas que provocam a lesão no trabalhador.

E como solução aos problemas de atendimento, falta de servidores para atender a população, criaram o projeto INSS Digital e a promessa do Teletrabalho, onde o maravilhoso mundo novo das novas tecnologias permite ao mesmo tempo, ao servidor trabalhar sem atender o público, e ao próprio cidadão que poderá ser atendido virtualmente. E desta forma constroem as condições para o desmonte total do INSS.

Sem terem feito qualquer transição do processo, discussão com os servidores para ouvir sugestões e propostas, aceleram o projeto fazendo convênios com Prefeituras, Sindicatos, Universidades, como processo para terceirizar atividades de acesso para digitalização dos dados. E esperam com isto retirar os segurados das APS.

Porém sem servidores para executar os serviços ainda não é possível fazer a concessão dos benefícios, somente no call center 135 tinha cinco milhões de segurados agendados para serem atendidos. Sem considerar outros problemas a serem equacionados como as Ações Civis Públicas e as milhões de ações Judiciais contra o INSS, o órgão mais acionado na justiça federal.

Nenhuma entidade ou servidor pode ser contra os avanços tecnológicos que venha trazer melhoria para desempenhar seu trabalho. No entanto nenhum projeto por mais que seja inovador poderá resolver em tão curto prazo os problemas e as mazelas existentes no INSS, expressada nas péssimas condições de trabalho das agências da previdência, comprovada na auditoria feita pela CGU e TCU mais de 700 APS não possuem as mínimas condições de atender a população, imagine então para os servidores que são obrigados a trabalharem todos os dias. E ainda estão esquecendo dos índios os milhares de servidores e os mais de 31 milhões de aposentados do sistema.

Até agora as tentativas de experiências em curso, onde os servidores tem que orientar e dizer aos segurados para procurarem atendimento pelos canais remotos, sistemas informatizados pois não poderão mais serem atendidos nas agências, tem provocado problemas e desgastes aos servidores como foi o caos que estabeleceu na unidade em vários Estados.

Os trabalhadores do Seguro e Seguridade Social estão diante de um grande desafio, construir a luta para garantir o seu trabalho e ao mesmo tempo assegurar reajuste salarial, porque não horizonte tem nenhuma previsão de reajuste para estas carreiras. E conforme aprendemos ao longo dos anos para derrotar este projeto de desmonte em curso, somente na luta direta.

E continuar o processo de mobilização para deflagrar a GREVE POR TEMPO INDETERMINADO. Ou lutamos ou seremos dizimados por este projeto não existe saída para os trabalhadores.

## **Mulheres – Organização e Luta!**

○ O cotidiano das mulheres em todo o planeta, especialmente crianças e idosas, confirmam que as mesmas se encontram entre as maiores vítimas das políticas de destruição impostas pelo capitalismo em todo o mundo. São as principais vítimas da barbárie capitalista!

Os dados sobre a realidade brasileira e sobre a violência contra as mulheres são alarmantes. A todo instante mulheres são assassinadas em nosso país, por serem mulheres.

Enfrentar a realidade das mulheres, vinculando-a a realidade da população e às políticas dos governos e organismos internacionais é fundamental, para fortalecermos a ideia de que a luta é de classe, mas é também, de gênero e raça e que a vida não pode ser dissociada.

○ Brasil é a 5ª maior população mundial (51% são mulheres). É a 9ª maior economia do planeta, mas tem a pior distribuição de renda do mundo. Está no 79º no ranking de respeito aos Direitos Humanos – IDH – segundo relatório divulgado pela ONU; é o penúltimo no ranking de

investimento por aluno nos ensinos fundamental, médio e superior e o 128o no ranking do crescimento econômico, com tendência a piorar ainda mais.

**E** nos momentos de agravamento das crises, de conflitos armados, de insegurança e violência, as mulheres são as mais vítimas. É o que ocorre no Brasil neste momento, com a falta de direitos sociais elementares, previstos na Constituição Federal, tais como: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados.

**N**esses momentos as mulheres são as primeiras a serem demitidas e a terem seu trabalho precarizado. As políticas de ajuste fiscal as atingem direta e indiretamente, negando, reduzindo e cassando direitos, através de leis e reformas neoliberais como a da previdência, que iguala a aposentadoria de homens e mulheres em 65 anos e acaba com a aposentadoria especial das mulheres. Os serviços e políticas públicas, já precarizadas, tendem a piorar muito mais, com a aprovação de projetos de lei, propostas de emendas constitucionais e medidas provisórias que tem como objetivo cassar ou reduzir direitos e investimentos para transferir recursos que deveriam ser aplicados nos serviços públicos estatais para o setor privado, através do pagamento de juros da dívida pública, uma dívida ilegal, ilegítima, imoral, odiosa, que os banqueiros, governantes e parlamentares não permitem que seja analisada, pois sabem que é a maior corrupção que existe e se beneficiam com a mesma.

**A** realidade das mulheres, vítimas cotidianas da violência do Estado e da violência doméstica tem sido demonstrada por estudos, pesquisas e principalmente pelo cotidiano das mulheres de todas as idades e de todas as regiões do país.

**B**asta refletirmos sobre a realidade das mulheres trabalhadoras, de um modo geral, com dupla e tripla jornada de trabalho, sem condições dignas de exercerem suas atividades e com péssimos salários. Sobre a realidade das mulheres negras, vítimas do preconceito e da violência, recebendo os mais baixos salários e vendo seus filhos e filhas serem vítimas de uma verdadeira faxina étnica, à margem da sociedade, muitos inclusive, destruindo suas vidas nas prisões ou no submundo do tráfico e das drogas. Sobre as mulheres idosas, vítimas do preconceito e da violência estatal, que não lhes garante uma aposentadoria digna e nem o acesso à saúde no momento em que mais necessitam. Sobre as mulheres jovens, que convivem com a insegurança e a violência, amargam o desemprego e a falta de perspectivas e muitas vezes ainda têm que conviver com a gravidez precoce e os abortos clandestinos, sem a devida educação e saúde, colocando em risco suas vidas e ainda sendo criminalizadas. Sobre as mulheres indígenas, tentando sobreviver nas periferias, à beira de estradas, vendendo artesanatos e sendo vítimas do racismo e do ódio, como a mãe do Vítor, menino kaiingang, de 02 anos, assassinado enquanto sua mãe o amamentava em Santa Catarina. Sobre as mulheres quilombolas, ribeirinhas, trabalhadoras rurais, sem-terra, sem teto, despejadas de suas casas, impedidas do direito à moradia, a terra e ao trabalho para viverem com dignidade.

**O** fortalecimento da luta pelo respeito aos direitos das mulheres, contra todas as formas de exploração, opressão, discriminação, preconceito e intolerância por razão de gênero, condição sexual, idade, região, raça/etnia faz-se urgente e necessário, pois apesar de todos os avanços, de todas as lutas, o que se percebe em nossa sociedade é um verdadeiro retrocesso em relação aos valores humanos. É uma ofensiva política-ideológica do conservadorismo mais extremado, manipulando cotidianamente os corações e mentes das pessoas, enquanto os recursos previstos

para as políticas para as mulheres, já insuficientes, não são aplicados, como demonstram os dados do Siga Brasil.

**Em defesa da dignidade humana e dos direitos de todas as mulheres: negras, indígenas, quilombolas, trabalhadoras, idosas, aposentadas, crianças, adolescentes e jovens, a luta das mulheres deve ser fortalecida! Defender os direitos da mulher é defender a vida!**

## **ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DA FENASPS**

**A história das mulheres brasileiras, da cidade e do campo, é uma história de lutas. Mas, de uma luta desenvolvida de forma fragmentada através dos diversos grupos, associações, organizações e movimentos de mulheres.**

**Em alguns momentos, como na preparação para as Conferências Mundiais de Mulheres, há um esforço maior no sentido de unificá-las. Boa parte desse esforço tem sido feito pela Articulação de Mulheres do Brasil – AMB e pela Marcha Mundial de Mulheres. Tem se destacado na luta, também, o Movimento de Mulheres Campesinas e em alguns momentos o Movimento de Mulheres Negras.**

**Mas, de um modo geral ao invés da união de forças, do fortalecimento das organizações e da luta, o que de um modo geral tem ocorrido é a cooptação, a submissão, a fragmentação e a disputa vergonhosa nos mais diversos espaços.**

**A grande maioria das mulheres que ocupam espaço de direção nos partidos, no movimento sindical, popular e estudantil não trabalha cotidianamente no sentido de fazer avançar a participação das mulheres. Até mesmo as quotas, que por si só, não se bastam, não são respeitadas. E o que é pior, desse modo, acaba consolidando ainda mais a postura machista e preconceituosa presente no movimento e na sociedade.**

**Vale lembrar que em alguns momentos, o que acontecia em relação ao movimento negro e o que se percebia no movimento sindical era uma disputa declarada ou não, entre os setoriais sindicais (comissões, secretarias de combate ao racismo etc.) e as organizações do movimento negro, inclusive, nos espaços institucionais e nas relações com os diversos governos e organismos internacionais.**

**Muitas barreiras ainda precisam ser vencidas, não só para avançar a participação e a organização das mulheres, negras/negras e indígenas, mas até mesmo para ampliar as conquistas e evitar os retrocessos ainda maiores que estão tentando impor.**

**Grande parte das entidades sindicais combativas, partidos políticos de esquerda, organizações da esquerda revolucionária não incorporaram as quotas nos seus estatutos, não discutem as questões de gênero e raça e ignoram completamente as reivindicações e a luta dos povos indígenas. Mas, para além da formalização de mecanismos que ampliem a participação das mulheres negras e indígenas é essencial que se avance na compreensão da dimensão estratégica deste tema para a sociedade que almejamos construir.**

**Ainda há muitas resistências em se fazer a crítica radical aos mecanismos de dominação das mulheres, pois isto remete para discussões em torno da subjetividade, valores, moral, sexualidade, família etc., que colocam em xeque as relações de poder presentes nas relações de cada pessoa, seja na sociedade, no trabalho, no sindicato ou na família. O mesmo ocorre em relação ao racismo, pois apesar do desmascaramento do mito da democracia racial brasileira, muitas pessoas, inclusive**

negros/negras não reconhecem ou negam-se a admitir a discriminação e o preconceito raciais em nosso país.

**A** ausência de discussões mais amplas acerca desta temática reflete a debilidade de nossa política. Em muitas entidades sindicais, organizações populares, correntes políticas, partidos políticos, apesar do esforço individual de algumas/alguns companheiras/companheiros se tem deixado muito a desejar nesta questão: não se consegue avançar na organização, na elaboração política e nas discussões sobre gênero, raça e classe e em muitos casos, o que houve foi um verdadeiro retrocesso.

Tivemos e temos tido dificuldades até mesmo para fazer valer a resolução do PSOL em relação ao aborto. A superação destas dificuldades depende de ações concretas que levem os lutadores e lutadoras sociais a pensar e agir diferente na sua prática militante. É fundamental que haja um combate permanente e cotidiano a todas as manifestações de preconceito, opressão e discriminação por razão de sexo, raça/etnia, orientação sexual, idade, religião, região etc.

Já vai longe o tempo em que as mulheres para se auto afirmarem e serem respeitadas como militantes acabavam negando seus problemas específicos. Mas, é fato inegável que grande parte das mulheres enfrentam dificuldades de toda ordem na sua militância – que vão desde a tripla jornada, resistência de seus companheiros (inclusive, militantes) até situações desrespeitosas em reuniões. O mesmo ocorre em relação aos negros e negras, que através de suas organizações e do movimento negro em geral, especialmente em alguns momentos, como na Marcha Zumbi dos Palmares, nas comemorações do 20 de novembro, na preparação para a Conferência Mundial Contra o Racismo etc., muito têm contribuído para elevação da autoestima do povo negro e para o resgate de sua história.

**Q**uanto ao movimento indígena – apesar da força, da importância e da luta dos povos originários - a situação é ainda mais difícil! Este, de um modo geral, tem ficado à margem, não só pelas dificuldades dos povos indígenas em buscarem a sua inserção no movimento em geral, mas pelo descaso com que estes povos têm sido tratados em nossa sociedade.

**M**uitas vezes, o que se percebe é que, embora não haja contrariedade à organização específica de mulheres e negros nos sindicatos, nos partidos e nos movimentos sociais em geral, também, não há sustentação, como se fosse uma questão de interesse apenas destas/destes e de importância secundária, frente às lutas gerais. Quanto à organização dos povos indígenas e suas demandas, o que existe é um completo desconhecimento.

**A** construção de uma sociedade socialista se faz por homens e mulheres que buscam transformar as relações sociais e as relações de poder cotidianamente.

Faz-se necessário, portanto, reconceitualizarmos, à luz dos nossos objetivos revolucionários, os papéis a serem desempenhados por homens e mulheres na sociedade – na perspectiva da construção da mulher e do homem novo.

**E** neste sentido a FENASPS deve:

a) Aprofundar a discussão sobre a organização das mulheres, nos locais de trabalho, nos sindicatos, no movimento sindical, popular, indígena e estudantil;

- b) Rechaçar o determinismo biológico e a justificativa da divisão sexual do trabalho através do mesmo;
- c) Rechaçar o racismo, a xenofobia, a intolerância;
- d) Olhar, analisar e planificar as coisas numa perspectiva de gênero; isto é, introduzir na investigação a ótica de gênero e raça/etnia – levar em conta, a cada momento, as relações entre mulheres e homens, negros/negras, indígenas e os papéis e funções tradicionalmente a eles/elas atribuídos; a divisão sexual e os estereótipos sexuais, a discriminação e o preconceito étnico-raciais que ainda funcionam, pois só assim encontraremos respostas e poderemos modificar muitos fenômenos sociais negativos;
- e) Combater o autoritarismo, o machismo e o conceito de propriedade que os homens ainda têm sobre as mulheres; quer sejam companheiras, irmãs, filhas etc.;
- f) Combater a educação sexista, racista e lutar por uma formação integral; onde os homens e mulheres, especialmente aqueles sejam levados/levadas a ter uma atitude mais responsável nas relações de parilha, de paternidade, na família etc.;
- g) Propiciar o acesso das mulheres à capacitação e a carreiras técnicas e profissionais; bem como a uma maior participação destas nas tarefas de direção, sobretudo, nos níveis de decisão;
- h) Contribuir de forma efetiva para a organização e participação política das mulheres, homossexuais, negros/negras e indígenas;
- i) Buscar uma maior integração entre os/as militantes dos diversos movimentos e entre as organizações das quais participam, para enriquecimento de suas vivências/experiências e ampliação das forças que potencialmente podem contribuir para romper com o modelo econômico nefasto e com a luta por uma nova sociedade;
- j) Fazer a inter-relação das categorias fundamentais das relações sociais: classe, gênero, raça, etnia. As políticas devem estar voltadas para a construção de uma sociedade de iguais, que respeite as diferenças étnicas, religiosas, culturais, de gênero e de orientação sexual etc.;
- i) Assumir a educação não sexista e o antirracismo: ver como nos afetam os papéis sexuais tradicionais, o racismo e as relações entre mulheres e homens, que se conformaram sob sua ótica; e fazer nossas, as reivindicações e bandeiras das mulheres, dos/das negros/negras e dos povos originários, expressas nos seus diversos fóruns e nas suas organizações;
- j) Promover o debate sobre as políticas afirmativas, políticas de quota, especialmente no serviço público;
- k) Conhecer e contribuir com a definição de formas de luta e de solidariedade entre os movimentos de mulheres, negros/negras, indígenas, sindicais e populares no Brasil e em Nossa América.

## **A ORGANIZAÇÃO DE NEGROS E NEGRAS**

Diante da realidade de opressão e violência que ainda persiste em nosso país, indicamos:

- Fortalecer os Setoriais, comissões de Negras e Negros nas entidades e movimentos sociais que militamos;

- Participar nos estados nos movimentos sociais de movimentos e iniciativas de organização de setoriais locais;
- Integração dos militantes do Setorial de Negras e Negros na entidade civil Quilombo Raça e Classe;
- Desenvolver a campanha contra a violência e toda forma de opressão na Seguridade Social;
- Realizar seminários encontros contra as opressões nos estados de forma a construir uma plataforma conjunta sobre opressões que subsidiem a nossa discussão na Fenasps;

## **GEAP - PATRIMÔNIO DOS TRABALHADORES**

A GEAP foi invadida pelos apadrinhados do Governo que a revelia de seus assistidos, verdadeiros donos deste patrimônio construído pelos trabalhadores. No período do governo LULA/DILMA também não foi diferente, todos os cargos foram ocupados pelo PT, agravando ainda mais no desgoverno TEMER, que de imediato diminuiu a rede de prestadores de serviços nos estados, demitiu centenas de trabalhadores, empregados da Fundação, reduziu mais de duzentos procedimentos sem avisar aos assistidos, cancelou tratamento odontológico, sem aviso prévio prejudicando muitos servidores que já se encontravam em tratamento e estes sem poder buscar tratamento particular, pois seus proventos estão comprometidos com os valores abusivos referente às contribuições aprovados pelo CONAD – Conselho de Administração.

Não podemos assistir ao desmonte da GEAP, como o governo pretende fazer com os serviços públicos, sem o mínimo de conhecimento da história e o que a GEAP representa na vida dos assistidos.

Ao longo dos anos acabaram com os Conselhos Regionais que faziam uma ponte entre os assistidos e a Fundação, levando para dentro da Gestão as demandas dos servidores, avançando na melhoria da qualidade dos serviços prestados pela GEAP e ainda a ampliação da assistência no interior. No último período, a GEAP sofreu intervenção apontada ainda pelo governo DILMA para afastar de fato os representantes eleitos pelos assistidos, em março de 2013. Dessa época em diante, temos assistido um descompromisso total para os servidores geapeanos, aumento abusivo das contribuições no intuito de expurgar todos aqueles e aquelas que contribuíram ao longo de suas vidas para ter uma assistência em sua maior idade. Ao contrário disso os assistidos tem sido retirado do plano, tendo que buscar o SUS, que também está sofrendo grandes ataques, tanto no financiamento, quanto no atendimento à população, pelo governo que também está entre seus projetos à privatização do sistema público de saúde. Uma reflexão para nós que temos como única alternativa o atendimento pela GEAP. Quanto mais assistidos saem da GEAP/ Saúde, mais caro o plano se torna para quem fica.

Se é verdade que a GEAP é nossa, temos que intensificar a luta pela sua manutenção e fortalecimento da Fundação:

1. Indicar um dia Nacional de luta em defesa da GEAP com ocupação em todas as Gerencias e em Brasília;
2. Audiência com a Comissão de Seguridade Social no Congresso Nacional em parceria com outras Entidades dos Servidores Públicos Federais para discutir a isonomia do per capita entre os três poderes;
3. Que seja realizada auditoria independente nas contas da GEAP;
4. Que a FENASPS consulte a assessoria jurídica a possibilidade de impetrar ação judicial contra a suspensão dos mais de duzentos e cinquenta procedimentos suspensos pela GEAP;
5. Que a FENASPS, por meio da assessoria jurídica, estude a possibilidade de entrar com ação judicial para retorno de todos os pais e deficientes físicos que foram excluídos do plano;
6. Exigir do Ministério do Planejamento, Casa Civil a revisão do custeio da GEAP, exigindo maior participação do custeio patronal;

7. Exigir do Ministério do Planejamento a prioridade dos descontos referente à contribuição do assistido para GEAP;
8. Cobrar da GEAP celeridade no preenchimento de autorização de procedimentos;
9. Exigir o cumprimento da Liminar da FENASPS que garante a redução para vinte por cento na contribuição para os assistidos e agregados;
10. Publicizar os salários dos diretores da GEAP, criar portal da transparência;
11. Exigir a recontração dos empregados da GEAP demitidos sem justa causa;
12. Exigir o credenciamento de profissionais principalmente no interior dos estados onde a rede é mais precária e melhoria da rede nos grandes centros;
13. Negociar junto a ANS a isenção da obrigatoriedade de reserva técnica para as Autogestões;
14. Consultar a assessoria jurídica da FENASPS a entrada de ação judicial contra a reserva técnica para GEAP.

## **PECÚLIO FACULTATIVO – Fundação GEAPREVIDÊNCIA**

O pecúlio é dos Peculistas, o governo não contribui com nenhum tipo de aporte financeiro para a Fundação. Todo fundo existente atualmente pertence aos Peculistas.

Em 2013 a GEAP sofreu intervenção pelo governo do PT que perdura até os dias de hoje e na época resultou no afastamento de seus conselheiros eleitos democraticamente pelos participantes do pecúlio. O governo petista tomou conta de todos os cargos, quando o pecúlio contava em seu ativo quase dois bilhões e meio de reais. Durante a intervenção houve a segregação dos negócios da GEAP, transformando em GEAP/Saúde e GEAPREVIDÊNCIA, onde foi realizada a partilha do patrimônio e dos recursos financeiros. Segundo informações o Fundo de pecúlio arcou com os custos da separação dos negócios da GEAP, consumindo do fundo aproximadamente seiscentos milhões que não foram prestados conta. Por isto, faz-se necessário:

1. Exigir prestação de contas de todo período da intervenção;
2. Exigir demonstrativo dos valores aportados destinados a administração da GEAPREVIDÊNCIA;
3. Continuar a luta pela transparência dos recursos aplicados pelos peculistas;
4. Que os Conselheiros eleitos realizem estudo detalhado da atual situação do Pecúlio para depois chamar fórum dos Peculistas em todo País, para definir os rumos do pecúlio;

## **CAPESAÚDE**

**CAPESAÚDE:** Diferente da GEAP, o CAPESAÚDE é uma entidade mais fechada para seus participantes, não responde ao chamado dos assistidos e tampouco das entidades representativas, não presta contas, apresenta somente contas em todo final de ano. Não presta esclarecimentos sobre as dificuldades de rede sofrida pelo plano nas capitais, nem no interior dos estados.

Assim como outras autogestões tem dificuldades de compor a rede em municípios onde a rede privada de saúde se instala com única contratante, a exemplo da AMIL, UNIMED entre outras.

O processo eleitoral é precariamente aberto à participação dos assistidos e nem amplamente divulgado para as eleições de seus conselheiros e muito menos a participação na Comissão Eleitoral.

Houve aumento abusivo das contribuições, assim como na GEAP, com um pouco mais de maldade, pois quando encerra o ano o CAPEASAÚDE faz levantamento de todos os seus débitos e divide o débito entre os participantes do plano, um tremendo abuso. É urgente:

1. Exigir do MPOG e da Casa Civil aumento dos valores per capta patronal e isonomia dos valores entre os três poderes da União;
2. Que no saneamento dos débitos remanescente de um ano para o outros não seja responsabilidade dos participantes e sim dos gestores do plano;
3. Que a FENASPS busque junto ao MPOG e ANS a isenção da cobrança dos valores referentes à reserva técnica para Autogestões;

4. Verificar junto à assessoria jurídica da FENASPS estudos para ação que impeça os depósitos dessas reservas;
5. Transparência dos gastos com publicação trimestral para os titulares do plano;
6. Encontro Nacional dos assistidos do CAPESAÚDE;

## **PAUTA GERAL**

- Fora Temer!
- Continuar a luta pela auditoria da Dívida Pública;
- Construir a greve geral;
- Contra a Reforma da Previdência; Sindical e Trabalhista;
- Pela revogação da EC 95 que congela por 20 anos investimentos na área Pública e retira direitos históricos constitucionais;
- Contra a criminalização dos movimentos sociais;
- Conta a Privatização do SUS; Em defesa da Saúde e da vida;
- Contra as terceirizações;
- Contra o desmonte do Serviço Público;
- 

## **PAUTA ESPECÍFICA EMERGENCIAL**

### **CARREIRA DO SEGURO SOCIAL**

- Política Salarial com reajuste da remuneração de acordo com inflação;
- incorporação da GDASS;
- 30 Horas para a Carreira do Seguro Social sem redução salarial;
- Concurso Público;
- Constituição de Comitê Nacional de Carreira no INSS;
- Criação de Adicional de Qualificação (AQ)
- Plano de Carreira como instrumento de valorização do servidor e do atendimento ao segurado;
- Anistia das punições e multas da greve de 2009;
- Contra os aumentos abusivos da GEAP, pela revisão do custeio;
- Melhores condições de trabalho já;
- Contra o assédio moral;
- Realização de Exames Periódicos;
- Exigir que haja treinamento para todos os servidores do INSS, para trabalharem com as novas tecnologias e novos processos de trabalho que forem implantados;
- Estruturar o departamento trabalhadores do INSS com representantes eleitos nos Estados respeitando se a proporcionalidade da Federação;

### **CARREIRA DA SAÚDE**

- Política Salarial com Reajuste da remuneração de acordo com inflação;
- Incorporação da GDPST em 100% para todos os servidores
- Incorporação da GACEN com extensão para demais servidores que trabalhem no combate as endemias;
- 30 Horas para todos os servidores da Carreira da Seguridade Social sem redução salarial;
- Concurso Público já;
- Melhores condições de trabalho já;
- Contra o assédio moral;
- Constituição de Comitê Nacional da Seguridade Social

- Criação de Adicional de Qualificação (AQ) até a efetivação do
- Plano de Carreira como instrumento de valorização do servidor e do atendimento ao segurado;
- Contra os aumentos abusivos da GEAP, pela revisão do custeio;
- Melhores condições de trabalho;
- Implantação de programa de prevenção a Saúde dos Servidores;
- Realização de Exames Periódicos;
- Estruturar o departamento da Saúde e Seguridade Social com representantes eleitos nos Estados respeitando se a proporcionalidade da Federação;

## **CARREIRA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

- Reajuste da remuneração de acordo com inflação;
- Realização de Concurso Público para reestruturar o Ministério do Trabalho e Emprego para cumprir sua função social
- Plano de Cargos e Carreiras que tragam a valorização dos servidores
- Cumprimento dos Acordos de Greve e devolução dos valores descontado indevidamente na greve de 2010;
- Regulamentação da Jornada de 30 horas de trabalho e implantação de atendimento em turno único de trabalho nas unidades com menos fluxo de atendimento;
- Implantação de Programação de atenção à Saúde e melhores condições de trabalho;
- Criação de Adicional de Qualificação (AQ) até a efetivação do Plano de Carreira; Contra os aumentos abusivos da GEAP, pela revisão do custeio;
- Melhores condições de trabalho;
- Definição das Atribuições dos Servidores dentro dos respectivos cargos;
- Estruturar o departamento do MTE com representantes eleitos nos Estados respeitando se a proporcionalidade da Federação;

## **TRABALHADORES APOSENTADOS E PENSIONISTAS**

- Imediata correção dos salários com Paridade e Integralidade vencimentos;
- Atendimento preferencial para os aposentados nos setores de gestão de pessoas;
- Fornecimento de Contracheques para todos os Servidores;
- Contra os aumentos abusivos da GEAP, pela revisão do custeio, exigir respeito e cumprimento do Estatuto do Idoso;
- Exigir do governo a imediata liberação dos valores do pecúlio facultativo para todos os aposentados acima de 65 anos e sem limite de idade para quem tem doenças graves;
- Exigir que o governo forneça medicamentos gratuitos para servidores aposentados que precisam de tratamento contínuo;
- A FENASPS vai orientar os sindicatos a implantar política permanente nos Estados para organizar e inserir os aposentados em todas as atividades do sindicato, assembleias, manifestações e ações políticas em geral;
- Realizar anualmente Encontro do ENAPEM orientando todos os Estados realizar encontros preparatórios;
- Estruturar o departamento dos aposentados com representantes eleitos nos Estados respeitando se a proporcionalidade da Federação;

## **CARREIRA DOS TRABALHADORES DA ANVISA**

- Imediata realização de concurso público, para contratar trabalhadores para os Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, assegurando que a ANVISA possa cumprir seu papel institucional da Vigilância Sanitária em todos os Estados dando segurança ao País;
- Reestruturação imediata das unidades de trabalho para assegurar as devidas condições para exercício do trabalho. Exigir a modernização dos equipamentos de trabalho, fornecimento de material para desempenhar as atribuições como EPI, computadores, tablets e equipamentos de comunicação;
- Contra o atual modelo de controle de frequência feito por relógio digital, assegurando aos servidores que fazem a fiscalização condições adequadas de trabalho de fiscalização em portos, aeroportos, fronteiras e demais ambientes alfandegários;
- Implantação das 30 horas para a Carreira sem redução salarial para todos os servidores;
- Assegurar a todos os servidores o mesmo tratamento das demais carreiras das Agências Reguladoras;

## **CARREIRA DOS TRABALHADORES DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

- Recriação do MPS para organizar a política geral sobre Previdência Social;
- Plano de Carreira como instrumento de valorização do servidor incluindo:
- Reajuste da remuneração de acordo com inflação;
- Incorporação da Gratificação GDPST;
- 30 horas para a Carreira sem redução salarial;
- Isonomia salarial com paridade entre ativos e aposentados;
- Política Salarial;
- Reabertura do Prazo para Opção pela Carreira;
- Criação de Adicional de Qualificação (AQ) até a efetivação do Plano de Carreira;
- Fim do assédio moral;
- Concurso Público urgente para compor a força de trabalho;
- Anistia das punições e multas de todas as greves a partir de 2009;
- Melhoria nas condições de trabalho para melhor atendimento ao público; Pela retirada de todos os projetos que visa à terceirização do serviço público e de saúde.
- Política de Saúde para os servidores:
- Aumento da contribuição do governo ao plano de saúde;

## **TEXTO SOBRE RESOLUÇÃO SINDICAL**

**Nesta conjuntura de profundos ataques aos direitos trabalhistas, previdenciário e sindical é fundamental a organização da classe trabalhadora na ação política e em torno de uma Central Classista e plural.**

**Em defesa da unidade, solidariedade da classe– nenhuma concessão à fragmentação.**

### **Considerando:**

**A** necessidade de ampliação e fortalecimento da luta dos trabalhadores e trabalhadoras, diante da crise econômica, financeira, ambiental, política e social e dos ataques dos governos e patrões;

**A** dispersão e fragmentação de diversos setores do campo combativo do movimento sindical e popular, que não estão filiados à CSP Conlutas, nos impõe desafios, portanto, necessitam de um

instrumento que os unifique e possibilite a discussão e definição de política de intervenção nos espaços gerais de luta;

Que um dos princípios fundamentais da classe trabalhadora, defendido e reafirmado pela FENASPS é o da unidade, a solidariedade como valor estratégico e que, além deste princípio, a federação tem defendido e respeitado, também, o princípio da liberdade e autonomia sindical, com a compreensão de que todos/todas os/as militantes podem e devem defender suas posições no interior do movimento e vitoriosos ou derrotados, devem encaminhar o que é decidido pela base de suas categorias;

Que neste período a FENASPS lutou pela unidade e criticou todas as iniciativas que na prática contribuíram para a fragmentação do movimento sindical e popular;

As especificidades e a realidade vivida pelas diversas entidades sindicais e populares, que fazem com que muitas entidades estejam participando de uma ou outra experiência;

Que tem sido muito importante a experiência de unificação do movimento sindical com o movimento popular, urbano e rural;

Que a fragmentação só favorece aos governos, patrões e centrais sindicais pelegas;

### **Apontamos a necessidade de:**

1- Lutar pelo fortalecimento da luta classista e popular;

2- Pela unidade daqueles e aquelas que resistem na luta contra a retirada de direitos históricos da classe trabalhadora;

3-Realizar debates em todo os Estados sobre a necessidade da FENASPS se filiar a uma Central Sindical e Popular, construindo esta filiação em conjunto com os sindicatos de base, para ser aprovado no XV CONFENASPS;

4-Colocar a entidade para buscar sempre a unificação de todos os setores combativos numa única central, de acordo com os princípios que historicamente tem defendidos que englobe o movimento popular urbano e rural e assegure a participação dos mesmos em todas as instâncias e fóruns de deliberação e representação;

5-A Federação, respeitada as diferentes opiniões dos trabalhadores, será o polo radiador das políticas da classe trabalhadora que enfrenta duros ataques dos setores conservadores. A principal tarefa será fazer enfrentamento a esta crescente onda neofascistas que busca destruir todas as bandeiras pelos quais lutamos e defendemos a classe;

### **ATUALIZAÇÃO ESTATUTÁRIA DA FENASPS**

Um dos princípios fundamentais que norteiam a vida desta federação é a democracia radical, representada pela proporcionalidade, portanto a FENASPS deverá defender sempre um movimento sindical que tenha como características: defesa da unidade e de Sindicatos Únicos do Seguro e Seguridade Social. Com democracia interna, respeito à proporcionalidade, organização pela base, ações permanentes de politização da ação sindical na defesa dos trabalhadores. Que “assegure o convívio com as diferenças, garantindo-se a mais ampla liberdade de expressão” no interior das entidades; respeito às resoluções das instâncias de decisão e à unidade de ação em torno delas, através do encaminhamento efetivo das decisões políticas; Ampla e livre circulação da informação no interior da entidade.

#### **O que uma entidade democrática deve ter?**

**a) Direção Colegiada** – Um processo democrático de exercício de poder e tomada de decisão coletiva;

**b) Participação das bases no processo de decisão** — Além da Plenária Nacional, o XV Confenasps deverá referendar a participação das bases organizadas nos rumos da entidade, como a criação dos coletivos por categorias específicas e comissões de trabalhadores;

**c) Proporcionalidade nas eleições sindicais entre lutadores/lutadoras sociais**, podendo ser buscadas diferentes formas de aferição de força: convenção, congresso ou eleições diretas na base;

d) **Congressos, como instância máxima de deliberação**, sempre precedidos de diversificada e ampla divulgação dos objetivos, pauta, condições de participação, em que seja efetivada a mais ampla participação das bases, em que seja favorecida expressão real dos diversos matizes políticos e ideológicos presentes na base e onde sejam favorecidos o aprofundamento dos debates e o exame atento e em profundidade dos assuntos em deliberação.

e) **Ação massiva** — Isto é, atividade voltada para abarcar a massa dos/das representados/representadas. Independentemente de vinculações funcionais, ideológicas e religiosas, os trabalhadores têm interesses comuns e concretos que são à base da solidariedade e da luta unitária contra o mesmo inimigo. De forma geral, esse interesse da classe aparece mais nitidamente sob a forma das demandas econômicas, que cabe ao sindicato assumir com vigor, já que a defesa da melhoria da qualidade da vida dos trabalhadores e trabalhadoras é a razão mesma da sua existência;

f) **Organização pela base** - A organização por local de trabalho é o elo mais importante de ligação das entidades com os trabalhadores e trabalhadoras.

## **REESTRUTURAR OS DEPARTAMENTOS**

Que A FENASPS reestruture os departamentos das Carreiras do **SEGURO SOCIAL, SEGURIDADE SOCIAL/MTE/FUNASA, ANVISA**, com a função de realizar encontros e debates específicos de cada carreira, contribuindo com as elaborações, análises das questões das carreiras e projetos para potencializar a luta, além de subsidiar a diretoria colegiada da FENASPS.

Sua composição devera ser feita por representantes dos sindicatos filiados e oposições reconhecidas e seus membros serão eleitos nos respectivos estados, respeitando a proporcionalidade qualificada da Federação, e as resoluções serão encaminhadas para discussão nas instâncias deliberativas da FENASPS;

## **REGULARIZAÇÃO DA FEDERAÇÃO NO MINISTERIO DO TRABALHO**

Considerando que existe um aprofundamento dos ataques aos servidores, e a Federação necessita permanentemente responder no campo político e jurídico, importante que seja regularizada sua situação de representação junto ao Ministério do Trabalho. **Realizar debates em todo País com base dos Sindicatos filiados para deliberação no CONFENASPS - transformar a FENASPS numa organização que represente os sindicatos em Saúde, FUNASA, Trabalho e Previdência Social e ANVISA- a exemplo do que ocorreu em outras organizações nacionais.**

## **PAPEL DOS DIRETORES LIBERADOS**

Entendemos ser importante fazer um balanço de qual foi o papel dos dirigentes liberados da FENASPS no último período, a fim de subsidiar o trabalho dos futuros dirigentes.

Conforme estabelece o regimento interno da FENASPS, o papel dos dirigentes liberados de ponto será priorizar as ações da Federação em período integral, seja nas funções do plantão ou até representar a entidade nas ações cotidianas.

## **REPRESENTAÇÃO DA BASE FILIADAS NO CONFENASPS E DIREÇÃO**

A FENASPS é uma das poucas entidades que os trabalhadores eleitos diretamente na base nos locais de trabalho e aposentados elegem em congresso a sua direção. É democrática, tem proporcionalidade direta e qualificada, e, portanto, é necessário aprofundar e radicalizar a democracia. Portanto entendemos que deverá ser mantido **o atual critério de eleição de 01 delegado para 5 presentes, sem estabelecer limites de participantes nem criando clausula de barreira para eleição da direção nos mandatos, pois**

**democraticamente que define isto são os delegados filiados. E não é possível estabelecer os limites burocráticos para a democracia quando quem escolhe os delegados e as direções são os próprios trabalhadores.**

## **POTENCIALIZAR A LUTA DA OPOSIÇÃO PARA FORTALECER A FENASPS.**

Diante da conjuntura de ataque aos trabalhadores é importante que a Federação dê apoio aos trabalhadores da oposição nos Estados que por decisão unilateral das direções, excluiu as bases das atividades e de todas as ações políticas nacionais e dos debates de base, priorizando a representação burocrática das direções onde as bases não participam das deliberações.

## **RESOLUÇÃO SOBRE FORMAÇÃO POLITICA E SINDICAL**

O XV CONFENASPS aprova a resolução para a FENASPS, em conjunto com entidades filiadas, deverá constituir o coletivo nacional de formação política e Sindical para elaborar projetos de formação permanente junto à base buscando construir novas lideranças e disputar corações e mentes para fazer frente ao avanço da onda liberal conservadora, entendemos que juntos com ações de luta direta, a formação e o caminho para potencializar as ações da Federação e Sindicatos filiados, trazendo para luta os trabalhadores de outras gerações que foram aprovados nos concurso no último período. O investimento de forma significativa na formação política e sindical vai vencer esta barreira, uma dificuldade que é uma realidade em todas as entidades sindicais nacionais.

## **POLITICA DE COMUNICAÇÃO - Criação do Coletivo Nacional.**

Um dos principais problemas enfrentados pelas organizações políticas e sindicais é como fazer a comunicação com suas bases e a FENASPS sempre enfrentou estes problemas, seja por falta de condições financeiras, estruturais e políticas. Com o avanço das comunicações instantâneas que conecta o mundo em segundos pelas redes sociais, seja via internet - Sites, Homes Pages, facebook e whatsapp, para ficar nos meios mais utilizados, é preciso que a FENASPS avance para responder os desafios e atender a demanda da categoria. As propostas serão enviadas para os Estados e aprovadas nos Fóruns deliberativos da Federação.

Com objetivo de buscar equacionar os problemas atuais, propomos realizar Encontro Nacional de Comunicação para criar o Coletivo Nacional de Comunicação aberto a livre participação dos representantes dos sindicatos filiados, militantes que contribuem nestas áreas, para termos uma comunicação mais ágil e eficaz com todos os servidores da base, ativos e aposentados.

Que o XV CONFENASPS referende as resoluções sobre alterações Estatutárias aprovadas na Plenária Estatutária realizada em Brasília dias 09 e 10 Dezembro de 2017.

## **CONTRIBUIÇÃO DE MILITANTES DO SERVIÇO SOCIAL AO DEBATE NO XV CONFENASPS.**

### **Serviço Social e Reabilitação Profissional no INSS**

**“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar“.**

**Eduardo Galeano (1940 - 2015)**

A epígrafe acima nos mostra que, por mais adverso e cansativo que seja o processo histórico de se manter em luta, a consciência de classe, da “classe para si”, reafirma-nos a convicção de que “somente a luta muda à vida”. O Estado capitalista, embora esteja em constante disputa entre as classes antagônicas fundamentais, ainda está hegemonicamente refém dos interesses das classes economicamente dominantes, o que vem se confirmando no atual cenário de coisas que se instauram, não só no Brasil, mas também, em vários países do mundo, onde os trabalhadores e trabalhadoras se encontram em luta, seja nos países de capitalismo central (França, Itália, Alemanha, Inglaterra, EUA) seja nos países de capitalismo dependente (Argentina, Chile, Bolívia, Venezuela etc.), contra o predomínio do imperialismo emanado pelo consenso de Washington (1989) e pelos organismos multilaterais (FMI, BIRD, BID).

O que está em curso no Brasil nos últimos anos, aprofundado a partir da crise cíclica e estrutural do capital, bem como, por meio da “ruptura do pacto conservador e de conciliação de classes, estabelecido desde o início dos anos 2000”, e que se esgota no início de 2016, é um sistemático e brutal ataque aos direitos políticos, civis e sociais dos trabalhadores. A criminalização e repressão gigantescas aos movimentos sociais de esquerda, fundamentalmente às entidades sindicais, legítimos instrumentos de organização, luta e defesa da classe trabalhadora, bem como a prisão injustificada de trabalhadores em luta, são um claro atentado e ameaça às liberdades democráticas fundamentais (muito embora saibamos que tanto a atual democracia quanto as leis que a possibilitam são criadas “pelos de cima” para impedir avanços mínimos aos “de baixo”) neste país.

No caso dos servidores públicos federais, retoma-se o contexto deletério dos anos 1990, auge da era neoliberal e privatista dos governos FHC/PSDB (1995/2002), com sua agenda de ataques específica voltada a estes/as trabalhadores/as. O atual governo temeroso, impopular e ilegítimo segue com seu plano, implementando a “Ponte para o Futuro” (2015), que na verdade nos leva a um abismo social sem precedentes, acabando com as riquezas do país, vendendo tudo o quando possa a partir de um pacote de privatizações, concessões e parcerias público-privadas, imponto programas draconianos aos estados para o refinanciamento das dívidas, descumprindo acordos de greves anteriormente firmados, congelando salários dos servidores públicos, retomando os Programas de Demissão Voluntária (PDV) e propostas de demissão por “mau desempenho”. Não bastasse esse cenário extremamente adverso aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros/as, no INSS temos que conviver ainda com a existência de entidades oportunistas e que se aproximaram do atual governo com intuito de obter vantagens pessoais, apresentando “suas pautas corporativas” que, em detrimento dos demais trabalhadores (não só dos servidores e dos segurados do INSS, mas também, dos próprios médicos peritos que não concordam com este tipo de “pequena política”, rasteira, mesquinha, e que, fatalmente, mais cedo ou mais tarde, os levará a uma flagrante derrota, para além do isolamento no INSS) passaram a ter regalias e tratamento diferenciado dentro das estruturas de poder, principalmente na gestão do INSS. Dentre estas entidades, destaca-se a Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência – ANMP, a qual, no atual contexto, vem contribuindo para estabelecer a maior ingerência política da história recente do INSS, possuindo acesso irrestrito aos gabinetes dos gestores do instituto, tendo indicado uma ex-diretora, também esposa do outro diretor, da entidade para chefiar a Diretoria de Saúde do Trabalhador – DIRSAT (braço institucional dessa entidade dentro do INSS), interferindo diretamente na nomeação e exoneração de gestores de outras unidades, dentre outros desmandos. Grande parte dos ataques orquestrados contra o Serviço Social e a Reabilitação Profissional na Previdência, inclusive, tem sido elaborado com o aval da ANMP, por meio de sua DIRSAT, reafirmando assim o “ato médico” dentro do INSS.

O Serviço Social na previdência brasileira existe há 73 anos. Foi criado ainda no governo de Getúlio Vargas (1930/45), em 1944. Entre os anos 1970 e 1980 passou por profundas transformações, mas, foi na década de 1990 – fruto de um amplo processo de debates democráticos entre a categoria, e desta com a sociedade, adensando-se os aspectos teórico-metodológicos e ético-políticos – que, enquanto profissão, assume um projeto profissional vinculado à proteção social dos trabalhadores brasileiros. Desde então, não teve mais sossego por parte dos donos do capital. Dentro da política de previdência, o amadurecimento da profissão, na condição

de serviço ofertado pela previdência social brasileira, também foi alcançado a partir do acúmulo de discussões entorno da Seguridade Social e dos limitados (porém, ainda assim, “frutos da luta de classes”) avanços contidos na Constituição Federal de 1988, possibilitaram à categoria profissional a construção de um documento que ficou conhecido como “Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social na Previdência Social”, publicado institucionalmente no ano de 1994. A Matriz materializava o compromisso profissional do Serviço Social pela defesa de uma previdência social pública, universal e que garantisse a proteção social aos trabalhadores brasileiros. Infelizmente sua implementação esbarrou no projeto neoliberal de desmonte do Estado social, o qual varreu a América Latina nos anos 1990 e, sob o governo autoritário de FHC, realizou a primeira grande reforma conservadora da previdência social no Brasil, em 1998. Dessa contrarreforma resultou, pela primeira vez, a “extinção” do Serviço Social na previdência, a partir da supressão do art. 88, da lei 8.213/91. Tal extinção só pôde ser revertida a partir da rápida e forte mobilização, não só dos assistentes sociais do INSS, mas também, de suas entidades representativas, como sindicatos, conselhos de classe, parlamentares, partidos políticos e, principalmente, de organizações dos usuários, os quais, em poucas semanas, receberam centenas de manifestações reivindicando o retorno do Serviço Social ao INSS.

Os anos 2000, sob a égide dos governos Lula (2003/2010) e Dilma (2011/2016), também apresentaram grandes desafios e contradições. Apesar de um período de “aparente” estabilidade econômica, de realização de concursos no setor público (com o histórico concurso para 900 vagas para analistas do seguro social com formação em Serviço Social), retomada das discussões para a reestruturação dos cargos de gestão técnica do Serviço Social no INSS, das linhas de ação, recursos orçamentários, etc., tais processos não se deram de forma tranquila. Ao contrário, muitos momentos foram marcados por grandes tensões e conflitos de interesses, evidenciando que, sob gestões de governos ditos “democráticos e populares”, ainda residia o antigo ranço conservador, com o verniz de “novo”. O “intervencionismo” nas gestões, logo, não se mostrava algo novo. Na mais recente história do Serviço Social esta prática se inicia ao final de 2009, quando, por resistir aos processos de intervenção “de cima para baixo”, a então chefe da Divisão de Serviço Social (DSS) é exonerada da função, visando assim diminuir as resistências da categoria às demandas estranhas às suas competências e atribuições profissionais e, dessa forma, facilitar os planos da gestão para o Serviço Social, a partir desta substituição. É neste momento que vários profissionais pelo país demonstram indignação e passam a cobrar não só posição ética daqueles que assumiam tais cargos, como também, a fortalecer as suas instâncias organizativas. É a partir daí que são organizadas as primeiras reuniões na FENASPS, nos primeiros meses de 2010, onde os profissionais se organizam, ainda enquanto “fórum”, para resistir a estes ataques.

Atualmente, organizados enquanto Comissão Nacional de Assistentes Sociais do INSS, vinculada organicamente à FENASPS (CNASF), as/os trabalhadoras/os do Serviço Social têm defendido o fortalecimento das instâncias organizativas da classe trabalhadora, reconhecendo na Federação um espaço legítimo e sintonizado com as demandas dos trabalhadores brasileiros. Em razão deste reconhecimento, a categoria profissional das/os assistentes sociais vem construindo “coletivamente” com os demais trabalhadores do INSS, assim como com os demais segmentos em luta da sociedade, movimentos de resistência, a exemplo da greve nacional de 2015, onde muitos assistentes sociais participaram dos comandos estaduais de greve e da mobilização da categoria dos previdenciários. Também se registra a grande mobilização e manifestação ocorrida no dia 8 de maio de 2016, que resultou na ocupação da sede do MDS e na realização de manifestações nos estados, em conjunto com movimentos sociais e com o decisivo apoio da FENASPS e do conjunto CFESS/CRESS.

**Assim, como agenda de luta permanente para os próximos anos, defendemos, enquanto coletivo:**

1. Construir uma ampla e imediata alternativa de esquerda, progressista e classista para os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros/as;

2. Defender os princípios contidos em nosso projeto ético-político profissional, e reafirmando a "liberdade" como nosso valor ético central;
3. Intensificar a articulação com os movimentos sociais da classe trabalhadora, a partir da construção de alianças com setores da sociedade que partilham de nossos princípios ético-políticos, no intuito de defender as lutas democráticas e combater a retirada de direitos;
4. Cobrar a convocação imediata dos candidatos excedentes que ainda aguardam convocação do último concurso de 2016, bem como, a realização de novos concursos para todos os cargos, em razão do grande número de aposentadorias que já estão ocorrendo e tendem a aumentar nos próximos anos;
5. Firmar posição crítica contrária aos projetos mascarados com o verniz de "modernos", e que constituem um progressivo instrumento de desmonte da previdência social "por dentro", a exemplo do "INSS Digital", do "Teletrabalho" e seu congêneres, implicando no fim dos concursos públicos, aumento da terceirização, drástica redução de investimentos no setor, precarização das relações de trabalho, fragilização da carreira do seguro social e da organização sindical dos trabalhadores do INSS;
6. Pressionar para que o governo federal cumpra imediatamente todas as cláusulas firmadas no Termo de Acordo de Greve, em setembro de 2015, dentre as quais, a imediata formação do Comitê Gestor de Carreira (CGC) para discutir temas como Vencimento Básico (VB), Adicional de Qualificação (AQ), Capacitações, Liberação para cursos, Adicional de Insalubridade, e da não alteração de legislação que fira diretamente as atuais competências e atribuições da Carreira do Seguro Social, as quais deverão ser tratadas no CGC;
7. Rejeitar e resistir a toda e qualquer forma de imposição que, para além de "legal", não seja fruto de uma construção democrática, respeitosa e embasada em elementos técnico-profissionais, a exemplo do que ocorre hoje, com as "frágeis" e "desrespeitosas" formas de "ameaças" utilizadas para implantar o Sistema "Santos" (SRASS);
8. Denunciar em todos os espaços e fóruns legítimos (sindicatos, conselhos, conferências, mídias alternativas, autoridades políticas, Ministérios e Defensorias Públicas/as Estaduais e Federal, Ouvidorias, Comitês, frentes, comissões, etc.) as diversas formas de arbitrariedade e práticas antidemocráticas de perseguição e assédio, desenvolvidas nos espaços institucionais do INSS, a exemplo do chamado "ato médico", dos "desvios de função" e "ameaças", bem como, relacionar aqueles que tenham se omitido e/ou tomado partido de tais práticas;
9. Reivindicar, junto ao governo federal e à gestão do INSS, que não seja aprovada a proposta "clandestina" de minuta que traz o novo Regimento Interno do INSS, do qual o Serviço Social não faz parte, desrespeitando e inviabilizando o artigo 88 da lei 8.213/91, trazendo elementos que ensejam a volta das terceirizações para o INSS, além de desrespeitar o conjunto dos servidores deste órgão e suas entidades representativas, os quais, em momento algum, foram consultados sobre tais mudanças;
10. Defender a autonomia dos profissionais em saúde, não médicos, e que atuam na Reabilitação Profissional, os quais possuem o direito e a autonomia técnico-profissional de encaminhar os segurados para o acesso a órteses e próteses no Instituto, não sendo este apenas um "ato médico";
11. Lutar contra a terceirização e o repasse da Reabilitação Profissional, por meio de termos de cooperação técnica, para as mãos de setores patronais, a exemplo da FIESP e CNI.

O Texto sobre balanço do ultimo período e o plano de luta enviaremos posteriormente

**TESE AO XV CONFENASPS**

**ASSINAM ESTA TESE-**

**Militantes da LRP-LIBERDADE E REVOLUÇÃO POPULAR E INDEPENDENTES**